

JUSTIFICATIVA

Diante do atual estágio de elaboração e revisão de planos de recursos hídricos Nacional, estaduais e de bacias ou regiões hidrográficas no Brasil, faz-se necessário aprofundar a discussão e a revisão da Resolução CNRH nº. 17, de 29 de maio de 2001.

As experiências expostas no âmbito dos representantes deste Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) indicados para composição da CTPNRH expõem aspectos da Res. CNRH Nº 17/2001 que devem ser revistos, principalmente pelo fato desta “vincular” a elaboração/aprovação pelos estados ou comitês de bacias a um Termo de Referência (TDR) muito detalhado. Assim os planos de recursos hídricos passaram a ser denominados de atlas, estudos, dentre outras nomenclaturas como subterfúgio para não ficarem presos ao TDR da Resolução. Mesmo que a resolução afirme o caráter orientativo do Anexo I, se consolidou a idéia de que o TDR seria vinculante. Além disso, segundo os membros da CTPNRH, os conteúdos e roteiro mínimo não dão conta da diversidade do país e das demandas atuais para elaboração dos diversos tipos possíveis de planos de recursos hídricos necessários à evolução da gestão.

Esta discussão, iniciada na CTPNRH, deve ser encaminhada à plenária do CNRH como sugestão de pauta para que seja iniciado o processo de revisão.

PROPOSTAS

Na reunião ordinária da CTPNRH/CNRH de 18 e 19 de setembro de 2008 foram discutidos alguns aspectos iniciais que devem ser discutidos no processo de revisão da Resolução 17/01, a saber:

1. No processo de revisão deve-se adotar uma estratégia para estabelecer diálogo e agregar contribuições de todos os atores envolvidos e relacionados ao tema, que tiverem disponibilidade. Devem ser convidados à discussão: tais como os órgãos gestores de recursos hídricos estaduais e do Distrito Federal, ANA e SRHU/MMA, MPOG, representantes governamentais e não-governamentais dos setores usuários (agricultura, indústria, mineração, saneamento, navegação, turismo, geração de energia elétrica etc.). Deve também ser convidado o principal autor da proposta atual, o servidor da ANA Devanir Garcia.
2. Durante a reunião foi sugerido que se realizasse um seminário para apresentação das experiências sobre os planos elaborados no país nesses últimos 11 anos de Lei 9.433/97 e anteriores. Poderia ser realizada durante este evento uma Oficina para consulta pública com os atores envolvidos.
3. A resolução deve regulamentar o estabelecimento de um ciclo de planejamento de recursos hídricos no país de forma a ficar mais clara a inter-relação e grau de detalhamento necessário para o plano nacional, estaduais e de bacias ou regiões hidrográficas. Com isto, permite-se a elaboração de planos de recursos hídricos para recortes específicos que dêem conta da diversidade de demandas da gestão em um país continental como o Brasil. É fundamental a obrigatoriedade da existência e da implementação de um sistema de acompanhamento e avaliação do PRH, juntamente com sua aprovação.
4. Deixar mais claro as diferenças entre os diversos tipos de planos de recursos hídricos possíveis: Nacional, estaduais/distrital, de bacias



hidrográficas, de regiões ou de subbacias hidrográficas, podendo avançar para planos direcionados a áreas especiais de planejamento, tais como aquíferos, zonas úmidas (Pantanal e outras), baías, ilhas, zona estuarina/costeira, bacias de contribuição de reservatórios artificiais, a exemplo da experiência de Portugal com planos de albufeiras (Instituto Nacional de Águas – INAG) etc.

5. Estabelecer de forma mais clara a estratégia de envolvimento da sociedade na elaboração/implementação/revisão dos planos, garantindo sua pactuação entre os atores envolvidos, com controle social e efetivação da gestão dos recursos hídricos de forma descentralizada e participativa. Deixar claro as possibilidades dos formatos e regras das consultas públicas, oficinas, encontros técnicos e seminários.
6. Considerar as resoluções do CNRH e do CONAMA com interferência direta sobre o planejamento de recursos hídricos, tais como a Res. CNRH nº 05/2000 e nº 24/2002 (Comitês), nº 12/2000 (enquadramento), a nº 15/2001, 22/2002 e 76/2007 (águas subterrâneas e minerais) e as de nº 58/2006, 67/2006 e 80/2007 (PNRH). Assim como as últimas versões das resoluções em tramitação nos Conselhos como a que revisa a Res. 12/2000.
7. Definir formas de integração e de sinergia entre os planos de recursos hídricos e os planejamentos setoriais, como agropecuária, saneamento, navegação/logística, turismo, pesca/aquicultura, energia elétrica etc.
8. Considerar áreas prioritárias para conservação das águas e propostas de instrumentos para essa conservação etc.
9. Avaliar a substituição do Anexo I – Termos de Referência por um (ou mais de um) Roteiro Básico de forma a guiar os conteúdos mínimos dos planos de recursos hídricos, permitindo que as diferenças entre estados e entre bacias ou regiões hidrográficas se explicitem, levando a planos mais próximos da realidade e, por consequência, factíveis.
10. A resolução deve ainda considerar as interações resultantes nos casos de recursos transfronteiriços ou interestaduais, neste último caso, deve-se considerar os rios federais de grande porte (ex. São Francisco e Amazonas) e ainda um grande número de rios federais de pequeno porte, muitos com pequena porção em outro estado (ex. Rio Buranhém e Rio Jucuruçu – MG e BA).
11. Durante o processo de revisão da Res. 17/2001, e conforme discussão ocorrida no âmbito do CNRH, a CTPNRH poderá sugerir ao Conselho Nacional a revisão da Res.04/1999 para alteração do nome e atribuições da CTPNRH para CT de Planejamento de Recursos Hídricos, incorporando a atribuição de proposição diretrizes gerais e procedimentos para o enquadramento de corpo d'água em classes.